



CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

MANUAL BRASILEIRO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – MBFT

FICHA DE FISCALIZAÇÃO

Tipificação Resumida: Estacionar nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, sem credencial.	Código do Enquadramento: 762-51
---	---

Amparo Legal:
Art. 181, XX.

Tipificação do Enquadramento:
Estacionar o veículo nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição.

Gravidade: Gravíssima	Penalidade: Multa	Medida Administrativa: Remoção do veículo (Vide a Parte Geral deste Manual).	Pode Configurar Crime de Trânsito: NÃO
Infrator: Condutor	Competência: Órgão ou Entidade de Trânsito Municipal e Rodoviário.		
Pontuação: 7	Constatação da Infração: Possível sem abordagem.		

Quando Autuar:	Quando NÃO Autuar:	Definições e Procedimentos:	Exemplos do Campo de Observações do AIT:
<p>1. Veículo estacionado em vaga sinalizada como de uso exclusivo de pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade:</p> <p>1.1. sem credencial;</p> <p>1.2. com credencial vencida;</p> <p>1.3. com credencial ilegível;</p> <p>1.4. com cópia ou reprodução, de qualquer espécie, da credencial;</p> <p>1.5. com credencial com rasura ou qualquer forma de alteração ou falsificação.</p> <p>1.6. com credencial que não esteja no painel do veículo com a frente voltada para cima ou outra condição que impeça sua visualização.</p> <p>2. Veículo estacionado em vaga sinalizada como de uso exclusivo de pessoa com deficiência, com credencial válida, mas que não esteja sendo utilizada para o transporte do beneficiário.</p> <p>3. Nas condições previstas no item 1, veículo estacionado sobre a área de proteção de estacionamento (marca de canalização zebra) da vaga sinalizada como de uso exclusivo de pessoa com</p>	<p>1. Veículo estacionado em vaga sinalizada como de uso exclusivo de idoso, utilizar enquadramento específico: 762-52, art. 181, XX.</p>	<p>1. ESTACIONAMENTO - imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros.</p> <p>2. A credencial é nominal à pessoa com deficiência e não está atrelada à placa do veículo.</p> <p>3. É obrigatório o uso da credencial do beneficiário para o estacionamento nas vagas reservadas para veículo de pessoa com deficiência.</p> <p>4. A credencial somente terá validade quando utilizada no original.</p> <p>5. A credencial deve ser apresentada à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitada.</p> <p>6. Ao condutor que se recusar a apresentar a credencial à autoridade de trânsito ou seus agentes, aplicar-se-á a infração prevista no Art. 238 do CTB (Recusar-se a entregar à autoridade de trânsito ou a seus agentes, mediante recibo, os documentos de habilitação, de registro, de licenciamento de veículo e outros exigidos por lei, para averiguação de sua autenticidade), sem prejuízo da autuação prevista nesta ficha.</p>	<p>1. Veículo sem Credencial sobre o painel.</p> <p>2. Veículo com Credencial vencida.</p> <p>3. Veículo com a Credencial sem condições de visualização no interior do veículo.</p> <p>4. Veículo possui credencial, mas não está sendo utilizado para o transporte da pessoa com deficiência.</p>

deficiência com comprometimento de mobilidade.	<p>7. A credencial pode ser recolhida, mediante recibo, pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, quando:</p> <p>a) não utilizada para o transporte do beneficiário;</p> <p>b) não utilizada em sua via original, sendo vedado o uso de cópias ou reproduções de qualquer espécie;</p> <p>c) utilizada com rasura ou qualquer forma de alteração ou falsificação; ou</p> <p>d) utilizada fora do prazo de validade.</p> <p>8. A constatação da situação prevista no item 2 do “quando autuar” só se procede mediante abordagem.</p> <p>9. As credenciais emitidas com base na Resolução do Contran nº 304/2008, sem prazo de validade, produzirão seus efeitos até 31 de maio de 2027, após o que deverão ser substituídas por nova credencial.</p>	
--	--	--

Informações Complementares:

1. Necessita de sinalização horizontal e marca delimitadora de estacionamento regulamentado, acompanhada do Símbolo Internacional de Acesso – SIA.

2. A critério do órgão ou entidade executivo de trânsito com circunscrição sobre a via, pode ser utilizado o sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com o SIA e a mensagem "COM CREDENCIAL", além de outras informações que o órgão entender necessárias.

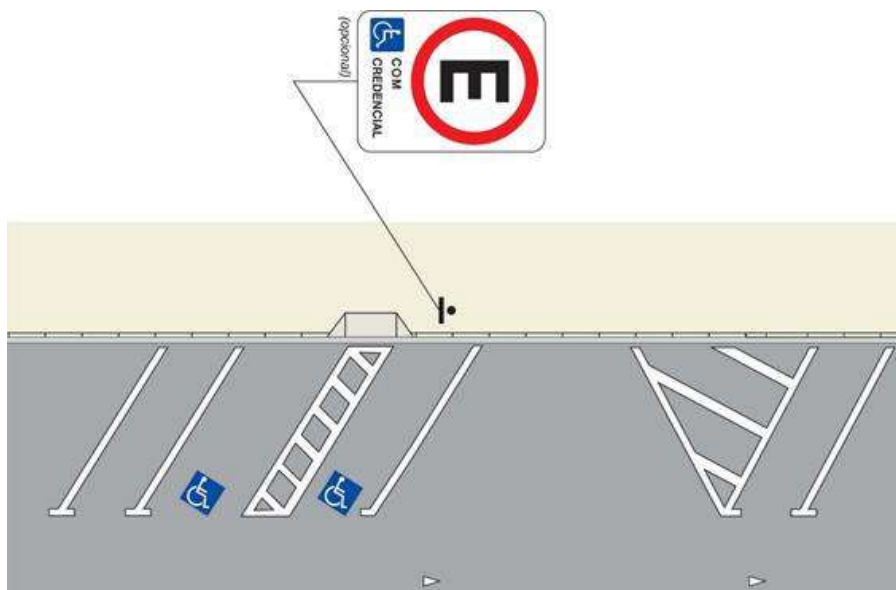
JUSTIFICATIVA: Art. 7º, Parágrafo Único, da Res. do Contran nº 965/2022.

3. A Credencial pode ser em formato físico ou digital, devendo esta ser impressa pelo usuário.

JUSTIFICATIVA: Art. 14, Parágrafo Único da Resolução do Contran nº 965/2022.

4. Desenhos ilustrativos:

4.1 Sinalização:



4.2 Modelos de Credencial:

 CREDECIAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO	<small>Símbolo do Órgão ou Entidade de Trânsito Expedidor</small>
	ESTACIONAMENTO VAGA RESERVADA		
	LEI FEDERAL Nº 9.503/1997		
	Nº DO REGISTRO : 0000000/0000		
	VALIDADE: 00/00/0000		
DATA DE EMISSÃO: 00/00/0000			
MUNICÍPIO/UF: 88888888/CC			
ÓRGÃO EXPEDIDOR: CCCCCCCCCCCCCCCCCC CCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCC			
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			

NOME DO BENEFICIÁRIO:
(escrever o nome do beneficiário neste espaço)

- Esta credencial deve ser utilizada:
 - 1.1. no original;
 - 1.2. dentro do período de validade;
 - 1.3. para o transporte do beneficiário;
 - 1.4. no painel do veículo, com a frente voltada para cima.
- Esta credencial somente é válida para o estacionamento nas vagas reservadas, devidamente sinalizadas com o "Símbolo Internacional de Acesso".
- Esta credencial não exige o beneficiário do pagamento de cobranças em estacionamento rotativo pago, estabelecimentos privados de uso coletivo e outras.
- Esta credencial deve ser apresentada à autoridade de trânsito ou seus agentes sempre que solicitada.
- Esta credencial pode ser recolhida pela autoridade de trânsito ou seus agentes, quando constatada irregularidades entre outras:
 - 5.1. quando não utilizada para o transporte do beneficiário;
 - 5.2. uso de cópia efetuada por qualquer processo;
 - 5.3. uso com rasuras ou falsificada;
 - 5.4. uso fora do prazo de validade.
- Esta credencial pode ser suspensa ou cassada, a critério do órgão ou entidade de trânsito expedidor.
- O uso da vaga reservada sem credencial ou em desacordo ao nela disposto, sujeitará o infrator à aplicação das medidas administrativas, penalidades e pontuação, previstas no art. 181, XX, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

 CREDECIAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO	<small>Símbolo do Órgão ou Entidade de Trânsito Expedidor</small>
	ESTACIONAMENTO VAGA RESERVADA		
	LEI FEDERAL Nº 9.503/1997		
	Nº DO REGISTRO : 0000000/0000		
	VALIDADE: 00/00/0000		
DATA DE EMISSÃO: 00/00/0000			
MUNICÍPIO/UF: 88888888/CC			
ÓRGÃO EXPEDIDOR: CCCCCCCCCCCCCCCCCC CCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCC			
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			

NOME DO BENEFICIÁRIO:
(escrever o nome do beneficiário neste espaço)

- Esta credencial deve ser utilizada:
 - 1.1. na forma emitida pelo órgão;
 - 1.2. dentro do período de validade;
 - 1.3. para o transporte do beneficiário;
 - 1.4. no painel do veículo, com a frente voltada para cima.
- Esta credencial somente é válida para o estacionamento nas vagas reservadas, devidamente sinalizadas com o "Símbolo Internacional de Acesso".
- Esta credencial não exige o beneficiário do pagamento de cobranças em estacionamento rotativo pago, estabelecimentos privados de uso coletivo e outras.
- Esta credencial deve ser apresentada à autoridade de trânsito ou seus agentes sempre que solicitada.
- Esta credencial pode ser recolhida pela autoridade de trânsito ou seus agentes, quando constatada irregularidades entre outras:
 - 5.1. quando não utilizada para o transporte do beneficiário;
 - 5.2. uso de versão impressa adulterada ou editada;
 - 5.3. uso indevido por terceiro que não o beneficiário;
 - 5.4. uso fora do prazo e requisitos de validade.
- Esta credencial pode ser suspensa ou cassada, a critério do órgão ou entidade de trânsito expedidor.
- O uso da vaga reservada sem credencial ou em desacordo ao nela disposto, sujeitará o infrator à aplicação das medidas administrativas, penalidades e pontuação, previstas no art. 181, XX, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.